

A pedagogia de Sílvio Romero e as suas notas de leitura

*Jorge Carvalho do Nascimento**

Resumo:

Este artigo analisa o projeto pedagógico de Sílvio Romero a partir das discussões e dos textos sobre política educacional que ele produziu e das notas de leituras e marginálias encontradas nos livros da sua biblioteca, por entendê-los como um importante instrumento para a reconstrução do quadro das idéias e da ação pedagógica nos anos de 1880 e das duas primeiras décadas do século XX. Parte das reflexões feitas por Sílvio Romero teve como escopo a análise do ensino público. A partir da sua cadeira no Colégio Pedro II, Sílvio Romero produziu propostas acerca da educação brasileira do século XIX. Romero lutava contra o que dizia ser a mentalidade reacionária e retrógrada do ensino brasileiro. Redescoberta na década de 1990, a biblioteca ainda não foi objeto de um estudo mais atento.

SÍLVIO ROMERO; EDUCAÇÃO BRASILEIRA; ENSINO PÚBLICO; ESCOLA DO RECIFE; POLÍTICA EDUCACIONAL.

* Professor do Departamento de História e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. É doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Sílvio Romero's pedagogical project and his reading notes

*Jorge Carvalho do Nascimento**

Abstract:

This article analyses Sílvio Romero's pedagogical project from the discussions and texts about educational politics produced by him and the reading notes and marginal found in his library books, understanding them as an important instrument for rebuilding the ideas and the pedagogical action in the 1880 and the first decades of 20th century. Part of the reflections done by Sílvio Romero intended to analyze the public education. From his position in Dom Pedro II School, Sílvio Romero produced purposes to 19th century's Brazilian Education. Romero struggled against what called the reactionary and late mentality of Brazilian teaching. Redescovered in 90's, it was not an object of a more careful study.

SÍLVIO ROMERO; BRAZILIAN EDUCATION; PUBLIC TEACHING; RECIFE'S SCHOOL; EDUCATIONAL POLITIC.

* Professor do Departamento de História e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. É doutor em educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

Ao lado de Tobias Barreto, Sílvio Romero constituiu o núcleo do pensamento da chamada Escola do Recife¹. Ele também balizou o movimento que se consolidou na segunda metade do século XIX na Faculdade de Direito pernambucana, movimento articulador de um amplo debate livre de idéias no Brasil, e ajudou a abrir o pensamento brasileiro para correntes filosóficas que tinham pouca penetração no país.

A defesa de idéias materialistas cimentou o pensamento de Sílvio Romero e do grupo de intelectuais que juntamente com ele e com Tobias Barreto assumiu posições políticas anticlericais – uma espécie de “missionários” da ciência. A fase da vida brasileira que Romero ajudou a inaugurar tinha o espírito crítico como seiva. A visão de modernidade que buscou consolidar tinha como propósito a eliminação do que se afirmava na época ser o dogmatismo do passado, que não tinha mais qualquer correspondência com os imperativos vigentes, posto que fundado numa concepção metafísica de homem e de mundo. O objeto de tal crítica era fundamentalmente o domínio moral e religioso da Igreja ao qual se comparava o que ele via como as fórmulas políticas que as elites concebiam para exercer o domínio sobre a população brasileira. Para ele, a única possibilidade de libertação estava no livre exercício das idéias.

Este trabalho pretende analisar o projeto pedagógico de Sílvio Romero a partir das discussões e dos textos sobre política educacional que ele produziu, por entendê-los como um importante instrumento para a reconstrução do quadro das idéias e da ação pedagógica nos anos de 1880. O principal suporte para o estudo é a biblioteca que pertenceu ao escritor aqui analisado.

-
1. Movimento surgido na segunda metade do século XIX a partir da Faculdade de Direito do Recife, com o propósito de buscar uma identidade nacional brasileira, assumindo a necessidade de utilização da cultura e da educação para a construção de novos valores. As principais expressões da Escola do Recife, ademais dos dois autores citados, são Artur Orlando, Clóvis Bevilacqua, Fausto Cardoso, Castro Alves, Celso de Magalhães, Capistrano de Abreu, Franklin Távora, Carneiro Vilela, Inglês de Souza, Domingos Olímpio, Luís Guimarães, Plínio de Lima, Santa Helena Magno e Souza Pinto.

Redescoberta, reorganizada e colocada à disposição dos pesquisadores na década de 90 do século XX, a biblioteca que pertenceu a Sílvio Romero ainda não foi objeto de um estudo mais atento, mas pode ser reveladora de muitos aspectos a respeito das reflexões realizadas e dos projetos propostos por esse importante intelectual brasileiro, nascido na cidade sergipana de Lagarto, em 1851. Até o presente, apenas dois pesquisadores têm trabalhado sistematicamente sobre os livros de Sílvio Romero: Jackson da Silva Lima (1999) e Cristiane Vitória de Souza².

O acervo que pertenceu a Sílvio Romero foi adquirido pelo Governo do Estado de Sergipe no ano de 1918, quatro anos após a sua morte. A fim de orientar e avaliar o material, o governador do estado nomeou uma comissão composta pelo senador José Joaquim Pereira Lobo, Maurício Gracho Cardoso e o filho de Sílvio, Nelson Romero (Lima, 1999, p. 151). Os 1.919 volumes custaram quatorze contos de réis e foram entregues pela família Romero em dezembro do mesmo ano de 1918 ao então diretor da biblioteca pública, Epiphânio da Fonseca Dória. Segundo relatório apresentado por ele, os volumes recebidos eram referentes a 1.717 obras, “inclusive algumas coleções de revistas, muitas das quais incompletas. Foram postos à margem diversos volumes trun-

-
2. Além do trabalho aqui citado, Jackson da Silva Lima vem estudando a obra de Sílvio Romero por diversos outros pontos de vista. Entre seus mais importantes trabalhos sobre Sílvio Romero, consultar os seguintes: *O folclore em Sergipe*, v. 1; “Sílvio Romero: um mestre a distância” em *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe*; *História da literatura Sergipana*, v. 2.; “Sílvio Romero e a poesia científico-filosófica” em *Actas do III Colóquio Tobias Barreto*. A respeito dos estudos realizados por Cristiane Vitória de Souza sobre a biblioteca de Sílvio Romero, verificar: “A formação do Sílvio Romero leitor (1851-1868)” em *Cadernos UFS História da Educação*; “A formação do Sílvio Romero leitor em Lagarto” em *Caderno do Estudante*; “A apropriação da educação intelectual, moral e física de Herbert Spencer por Sílvio Romero” em *Anais da V Semana de Educação & II Encontro Regional de Educação. Formação docente X qualidade social da escola pública*; “Educação e nação: um estudo preliminar das leituras pedagógicas na biblioteca de Sílvio Romero” em *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação – A educação escolar em perspectiva histórica*; “Educação e nação: um estudo preliminar das leituras pedagógicas na biblioteca de Sílvio Romero” em *Anais do III Congresso Brasileiro de História da Educação – A educação escolar em perspectiva histórica*.

cados e inaproveitáveis. Das obras, 628, com 763 volumes, estavam encadernadas, e 1.089, com 1.186 volumes, estavam apenas brochadas” (Dória, 1920, p. 34). Jackson da Silva Lima assinala que o bibliófilo responsável pelo recebimento do acervo não fez, em seu relatório, qualquer registro a respeito da existência de uma possível lista dos títulos relacionando todas as obras adquiridas, observando apenas que após a compra pelo Governo do Estado de Sergipe os livros foram reencadernados (idem, p. 152).

Após a nova encadernação, a biblioteca de Sílvio Romero passou a contar com 2.270 obras, total que inclui 49 livros que não pertenceram originalmente ao autor aqui analisado, mas foram incorporados ao acervo por serem trabalhos de sua autoria, sobre ele e sua obra e alguns outros prefaciados por Romero. Do total do acervo, 920 títulos estão encadernados em 251 volumes de miscelâneas, contendo dois ou mais trabalhos reunidos por uma única encadernação. Os livros estão identificados por “um carimbo especial, circular, com a inscrição *Bibliotheca Sylvio Romero*, tendo no centro a estampa de um livro aberto” (idem, p. 149). A identificação foi colocada por determinação de Epiphânio Dória, após a chegada dos livros a Sergipe. Além dessa marca, os livros “guardam o nome autógrafo do sergipano (Romero ou S. Romero), centenas estão dedicados a ele, centenas contêm suas anotações e marcas de leitura, não pairando em tais casos qualquer dúvida quanto à sua propriedade” (idem, p. 150), além de outros elementos comprobatórios como “dedicatória a SR, seu autógrafo e/ou anotações de próprio punho” (idem, p. 150). Do total do acervo, 123 títulos não possuem qualquer tipo de registro: não foram carimbados e não contêm nenhuma das marcas de leitura que Sílvio Romero costumava deixar nos livros que lia. Mesmo assim, restam ainda 2.147 livros.

É possível perceber que, certamente, dentre os livros identificados pelo carimbo há alguns outros que também não pertenceram ao escritor sergipanos. São 47 livros editados em 1914, 25 em 1915 e 11 em 1916. Mesmo em relação aos publicados em 1914, parece pouco plausível que tenham pertencido a Sílvio Romero, posto que ele morreu no dia 18 de julho daquele ano, aos 63 anos de idade, enfrentando problemas de esclerose e cardíacos. O fato é que, em relação a um total de 1.717 obras

recebidas em 1918, Jackson da Silva Lima anotou um acréscimo de 430 livros, atribuindo o fato a duas possibilidades de contaminação do acervo: “após a chegada dos livros, as 1.089 brochuras, com 1.186 volumes, foram encaminhadas para encadernação, juntamente com outras obras de procedência diversa [...], e aí começou certamente a contaminação da biblioteca de Sílvio Romero” (idem, *ibidem*). A outra possibilidade indicada pelo estudo aqui referenciado

e essa em maior grau, ocorreu, presumimos, quando, encadernadas as brochuras em miscelâneas (obras do acervo de Sílvio Romero com obras que não lhe pertenciam), teve ensejo a etapa posterior da carimbação, com a possibilidade de erros por omissão (falta de carimbo), ou de erros por excesso (carimbação indevida), sendo, nesse caso, a incidência mais freqüente, dando origem, assim, à diferença a maior constatada [idem, p. 151].

Depois de carimbados, os livros que pertenceram a Sílvio Romero foram catalogados e passaram a integrar o acervo geral da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe, distribuídos por assunto e por autor nas estantes da instituição, sem que houvesse qualquer preocupação em mantê-los numa sala ou outro espaço que servisse para preservar a unidade e a identidade da biblioteca de Sílvio Romero. Assim eles permaneceram até o ano de 1974, quando a Biblioteca Pública do Estado de Sergipe, já então denominada Biblioteca Pública Epiphânio Dória numa homenagem ao seu maior bibliófilo³, ganhou um novo edifício. Com a mudança para o novo prédio, parte do acervo geral da biblioteca foi encaixotada e após a mudança permaneceu indisponível nos depósitos da instituição durante 21 anos. Em 1995, o pesquisador Jackson da Sil-

3. Epiphânio da Fonseca Dória e Menezes nasceu no município de Campos, província de Sergipe, em 7 de abril de 1884. Foi diretor da Biblioteca Pública do Estado de Sergipe; fundador, em 1905, do Clube Literário Progressistas da Vila do Boquim; secretário e organizador do arquivo do Gabinete de Leitura de Maroim; sócio e secretário perpétuo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe; sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Parahybano; e presidente da Liga Sergipense Contra o Analfabetismo. Cf. Guaraná (1925).

va Lima decidiu “recuperar o acervo antigo da Biblioteca Pública Epiphânio Dórea – BPED, que jazia num depósito infecto, quase sem iluminação, amontoado entre móveis imprestáveis e ferros-velhos, juntamente com os periódicos nacionais e estrangeiros” (idem, p. 149). Ele coordenou uma equipe de trabalho⁴ que desmontou a “vergonhosa lixeira, separando os livros, periódicos e documentos importantes das sucatas existentes, já danificados pela poeira, umidade, ratos, baratas e roedores de todos os gêneros” (idem, *ibidem*). Foram necessários oito meses de trabalho para recuperar o acervo.

A Biblioteca Pública Epifânio Dória acresceu às suas estantes, colocando à disposição dos leitores, aproximadamente 15 mil títulos, além de redescobrir velhos catálogos organizados no começo do século XX. Desse total foi possível formar um banco de teses médicas e reagrupar as bibliotecas que originalmente pertenceram a Gumercindo Bessa, aos irmãos Felisbelo e Laudelino Freire e também à biblioteca de Sílvio Romero. Esta última está organizada em duas salas, com os livros distribuídos em 18 estantes de aço⁵, e é atualmente uma importante fonte para estudos que ajudam a compreender a atuação daquele escritor. O acervo pode ser identificado a partir de dois catálogos: o velho, do início do século XX, organizado apenas por autor, e um novo, digitalizado, que permite três tipos de consulta – registro de entrada, título e autor.

Na coleção de 1.717 livros adquirida pelo Governo do Estado de Sergipe em 1918, 107 constituem um acervo especializado em temas educacionais. Nesse total estão incluídos três volumes de leis brasileiras tratando de matéria educativa; o projeto de reforma do ensino secundário e superior discutido em 1882; o projeto de reforma do ensino primário; dois anais de congressos; três estatutos de faculdades; uma lista de alunos matriculados na Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro no ano de 1907; uma outra relação referente a estudantes do Colégio Anchieta de Niterói, em 1899; dois regulamentos

4. Integravam o grupo os professores Pedro dos Santos, Antonio Alves Amaral, Acássia Araújo Barreto e o bibliotecário Carlos Alberto Freire de Almeida.

5. Cada estante é dotada de seis prateleiras.

de faculdades do Rio de Janeiro; os regulamentos dos institutos militares de ensino; e dois relatórios de instituições de ensino secundário. São 64 textos em português, 39 em francês, três em espanhol e um em inglês. O idioma no qual o texto está publicado não estabelece uma vinculação automática com a nacionalidade do autor, posto que existem muitas traduções. O único texto em inglês existente na biblioteca de Sílvio Romero foi escrito por um alemão. Os textos do inglês Herbert Spencer foram lidos pelo intelectual brasileiro na sua edição em francês, do mesmo modo que foi esta a língua na qual Romero teve acesso ao pensamento de William James. Há textos em português escritos não apenas por intelectuais brasileiros, mas também de países europeus, a começar por Portugal.

Os embates do intelectual Sílvio Romero

Sílvio Romero iniciou a sua vida intelectual combatendo o ecletismo espiritualista e a metafísica para, em seguida, incorporar as idéias de Augusto Comte. Mas rompeu com o positivismo⁶ alguns anos depois, fazendo com que a sua obra fosse frequentemente contestada por vários intelectuais positivistas. “Via no Positivismo um sistema tumular que encarcera consciências através de um catecismo feroz e agressivo, sem qualquer vinculação com a índole nacional” (Nascimento, 1999, p. 191). Como a maior parte dos intelectuais da Escola do Recife, Sílvio Romero compôs o núcleo central da sua visão de mundo a partir de leituras monistas⁷ e evolucionistas, principalmente pelas leituras atentas que fez

6. O livro *Doutrina contra doutrina*, escrito por Sílvio Romero, tem a crítica ao positivismo como seu objeto central. Um artigo publicado por José Veríssimo na *Revista Brasileira* sobre o livro de Romero fez a animosidade entre ambos chegar às raias da intolerância. A forma como Veríssimo o criticou irritou profundamente Sílvio Romero.

7. “Monismo, em seu sentido mais geral, designa uma teoria ou interpretação desenvolvida em termos de um único princípio. [...] Assim, em metafísica, a realidade seria reduzida a uma única substância básica ou princípio. [...] Em história ou so-

do pensamento de Wolf, Ernest Haeckel, Ludwig Noiré, Charles Darwin e Herbert Spencer. Foi com os monistas e os evolucionistas que Romero aprendeu a criticar o positivismo e ao mesmo tempo assumir a defesa das idéias materialistas, tomando uma posição anticlerical e de crítica ao catolicismo. Ao longo da segunda metade do século XIX buscou sempre tornar popular a idéia de filosofia como epistemologia, pois assumia a posição de que a teoria do conhecimento era o objeto próprio da filosofia.

Como a sua geração, Romero adotou o convencimento de que estava descobrindo os novos rumos da humanidade e de que era uma espécie de “missionário” do século da ciência. Com esse espírito, viveu discutindo e criticando “as filosofias e os filósofos do seu tempo, ao invés de simplesmente repeti-los como era prática no Brasil até então” (idem, p. 155).

Com posições muitas vezes divergentes daquelas assumidas pelo seu próprio grupo, Sílvio Romero faria dos estudos sobre filosofia, crítica literária, psicologia social e sociologia a sua preocupação mais ardente, apesar do descrédito em relação à psicologia atribuído pelo seu parceiro na Escola do Recife, Tobias Barreto. Pelo ponto de vista político, Sílvio Romero também avança muitas vezes na direção contrária àquela assumida pelo seu próprio grupo. Enquanto Tobias Barreto considerava as idéias de Rousseau acerca da democracia contaminadas pelo que chamava de os furores demagógicos do romantismo, Sílvio tinha uma percepção segundo a qual não seria possível estabelecer limites a um princípio que se identificava com a sua maneira de ser – a sua sede de justiça social, a sua faculdade de opinar sem restrições, a sua incontinência verbal. E ia, nesse campo, até o limite das possibilidades da sua visão política, ao considerar legítimo o direito de sublevação das massas.

Tendo-se consolidado como um intelectual importante durante a segunda metade do século XIX, Sílvio Romero viu chegar o século XX

ciologia, um certo fator é considerado a causa básica, determinante de comportamentos e instituições ou de toda a história. Esse mesmo fator também pode ser tomado como base para uma teoria causal.” Cf. Roberts (1986).

aos 50 anos de idade e com o reconhecimento de ser o mais importante crítico literário brasileiro. O maior e o mais virulento, o mais passional, o mais destemperado. Sílvio era sem dúvida nenhuma um dos intelectuais mais vaidosos dentre aqueles que viveram a segunda metade do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. A sua coleção de desafetos era inesgotável. Convivia socialmente com José Veríssimo, mas mantinha com este uma violenta disputa pelo domínio das interpretações da cultura nacional.

Nos seus primeiros estudos culturalistas, Sílvio Romero realça o valor do papel dos negros e da mestiçagem brasileira das raças e das idéias. A posição defendida por Sílvio Romero mudou bastante durante todo o processo de propaganda republicana e, pelo ponto de vista da interpretação da cultura nacional brasileira, ultrapassou os limites do pensamento positivista.

Num estudo que fez sobre Sílvio Romero, Antônio Cândido (Cândido, 1978) aponta que desde cedo ele pareceu aos seus contemporâneos muito contraditório, muito injusto e recebeu a acusação de ser mais apto a fazer generalizações do que críticas. E traçou um perfil das contradições do polêmico pensador:

primeiro foi positivista e depois atacou desabridamente o positivismo; na política de Sergipe desancou um lado e depois se ligou a ele; considerou Luís Delfino um poetaastro e, em seguida, um dos maiores poetas brasileiros; proclamou Capistrano de Abreu o maior sabedor de História do Brasil e, mais tarde, um medíocre catador de minúcias; era evolucionista agnóstico e afinal aderiu à Escola da Ciência Social, de raízes católicas, e assim por diante. Não é difícil mostrar como fazia e refazia as suas divisões de períodos, os seus catálogos de bons e maus escritores [Cândido, 1978, p. 52].

Antônio Cândido chama a atenção para algumas obsessões intelectuais que estiveram presentes ao longo da vida de Sílvio como a sua manifesta e incompreensível má vontade pela obra de Machado de Assis. Daí a leitura de Sílvio Romero tanto irritar como despertar um sentimento de admiração por um homem ao qual o movimento de análise, de compreensão, de construção era o mesmo que o levava a destruir,

dando ao seu pensamento uma característica dual e uma marca revolucionária, que retratam com perfeição a imagem nervosa que o Brasil do seu tempo possuía.

Sylvio Romero dedicou-se ao longo da vida a construir uma crítica científica e objetiva que teve como base o espírito expansivo das ciências da natureza durante o século XIX. Armado com uma visão peculiar da natureza e função da mestiçagem, que buscou no racismo de Gobineau, ele punha-se posições características de um certo liberalismo progressista que pregava a luta contra as oligarquias, mas desconfiava profundamente da capacidade política do povo. Interessado e sem esconder suas simpatias pelo socialismo, Sylvio Romero via essa proposta como inviável para a sociedade brasileira e influenciou claramente posições bem distintas na cultura brasileira, como as de Otávio Brandão, Oliveira Viana, Mário de Andrade e Gilberto Freyre. Dentro do quadro das suas contradições, Romero construiu o seu “racismo” antropológico apontando para uma igualdade racial que deveria levar à universalização dos direitos e que desprezava as elites que tentavam se apresentar como raça superior. Para ele a sociedade brasileira encontraria o seu “ethos” exatamente na equalização de todas as raças.

Inteligência precoce, Sylvio Romero começou a escrever e participar de polêmicas desde os 18 anos de idade, quando estudava direito em Recife, no ano de 1869, causando pânico a alguns e obtendo a admiração de outros, conforme anota Araripe Junior (Rabello, 1967). Foi muito forte no seu pensamento, desde o início, a necessidade de desmistificar tudo que examinava, formando uma concepção de crítica concebida como vasta e complexa atividade de análise realista e rejeição de preconceitos mentais, com vistas a uma reavaliação objetiva de toda a cultura.

Suas análises são a expressão de uma visão teórica nova, fundada sobre a ciência e a filosofia do seu tempo. Na *História da literatura brasileira* (1949) – a sua obra mais importante – atenua a influência que o ambiente físico exerceu sobre a configuração da sociedade brasileira, traz à discussão fatores biológicos e põe em primeiro plano os problemas de natureza social e psíquicos.

Republicano e partidário do federalismo, Sylvio foi, após a proclamação, um dos mais contundentes dentre os críticos do republicanismo

brasileiro. Ele preferia o parlamentarismo ao presidencialismo adotado, como deixa bem claro no seu trabalho *Realidade e ilusões do Brasil. Parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios* (1979). Tendo defendido que a república unitária parlamentar deveria ser implantada através da intervenção dos militares, Sílvio Romero afirmava que temia a permanência destes no poder por muito tempo e não aceitava a ditadura republicana proposta pelo positivismo. No rol dos seus inúmeros equívocos há um outro que se soma à sua, já aqui citada, incapacidade de entender Machado de Assis: a forma como atacou a obra de Manoel Bonfim, sem entender a crítica que este fazia à teoria da desigualdade das raças e à busca que Bonfim empreendia das causas sociais do atraso dos povos latino-americanos.

Tudo isso fez com que o autor sergipano fosse objeto de discriminações e do escárnio dos grupos aos quais se contrapunha. Principalmente depois que o conjunto de idéias que pregava ganhou importância no debate que se travou durante as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX. Sílvio Romero disse de si próprio ser “um homem de seu tempo, sem deixar de ser homem de seu país e aplicou as novas idéias européias sempre a assuntos nacionais” (Romero, 1898, p. 124).

A reforma do pensamento foi o caminho escolhido por ele como via de acesso às reformas sociais. Para ele estava muito claro que realizações, discursos e projetos têm valores diferentes. Por isso buscou um discurso pelo qual pudesse convencer a intelectualidade brasileira quanto a viabilidade de um novo projeto. Preocupado com o que entendia ser a ausência de um projeto nacional brasileiro, Sílvio Romero foi articulador de um discurso que, a partir do tema da cultura, propunha a galvanização do Estado nacional. A partir das duas últimas décadas do século XIX Romero começou a realizar leituras e a esboçar um pensamento pedagógico entusiasmado com os novos rumos que a pedagogia tomava, principalmente na Alemanha, criticando de modo contundente algumas idéias pedagógicas assumidas por intelectuais franceses e demonstrando certa perplexidade em relação a um vigoroso conjunto de idéias pedagógicas que se irradiavam a partir dos Estados Unidos da América.

A pedagogia de Romero

Sílvio Romero buscou o caminho do magistério como alternativa profissional. Em 1875 prestou concurso para a cadeira de filosofia no Colégio das Artes, anexo à Faculdade de Direito do Recife, então dirigida por Paula Batista. Anulado o concurso, a congregação convocou os cinco candidatos a novas provas, no ano seguinte. Em 1876 fez as provas do concurso outra vez, sendo classificado em segundo lugar. A cadeira coube ao candidato Antônio Luís de Melo Vieira. Sílvio Romero recorreu ao conde D'Eu, seu patrono apara com a princesa Isabel. No ano de 1880 Sílvio Romero submeteu-se a concurso para a cadeira de filosofia no Imperial Colégio Pedro II. As provas foram anuladas. Fez novo concurso no mesmo ano, com mais sete candidatos, sendo classificado em primeiro lugar. O decreto imperial para a nomeação ao cargo de professor tem a data de 13 de maio. Atuou como professor do Colégio Pedro II durante 30 anos, aposentando-se em 1910. Também trabalhou como professor da cadeira de filosofia na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro. Em 1913, por motivo de saúde, recusou o convite da Faculdade de Letras de Paris para ministrar um curso de etnografia brasileira.

Parte das reflexões que Sílvio Romero fez ao longo da sua vida teve como escopo a análise do ensino público no Brasil. Vários dos seus trabalhos que tiveram a educação como temática foram publicados na revista *Lucros e perdas*. A partir da sua cadeira no Colégio Pedro II, Sílvio Romero produziu uma série de reflexões acerca da educação brasileira do século XIX. Há vários indícios dessas reflexões nos arquivos do próprio Colégio Pedro II, a exemplo da monografia apresentada pelo professor Sílvio Romero durante o Congresso de Instrução Pública que aconteceu no Rio de Janeiro, em 1883. É um texto que nos permite compreender as bases do debate pedagógico que se travava no Brasil, durante o século XIX, sob a influência da *Kultur* alemã. As teses centrais dessa monografia estão sintetizadas no texto “Notas sobre o ensino público” (1901). À sua maneira, Romero lutava contra o que dizia ser a mentalidade que chamava de reacionária e retrógrada do ensino brasileiro. Nesse período, Sílvio Romero privilegiou os estudos em educação a partir das questões de filosofia e do ensino secundário. Fez críti-

cas ao fato de a escola brasileira haver reduzido o ensino de filosofia a uma única disciplina – o ensino da lógica e defendeu arduamente o ensino de disciplinas como psicologia, metafísica, ética, ontologia e história da filosofia. Também durante o período em que trabalhou para o jornal *Diário de Notícias*, do Rio de Janeiro, Sílvio Romero escreveu muitos artigos sobre o ensino público.

O trabalho “Notas sobre o ensino público” foi editado pela primeira vez em 1884. Naquele momento Sílvio estava engajadíssimo na campanha republicana, apesar das restrições que fazia aos positivistas. Em 1901 o texto ganhou uma outra edição, em uma coletânea que recebeu o título de *Ensaio de sociologia e literatura*. No momento da segunda edição, Sílvio Romero era um crítico da ação do governo presidencialista republicano e incorporou uma série de observações irônicas sobre a política educacional de Benjamin Constant e sobre a política de aproximação do Brasil com os Estados Unidos da América.

A discussão que Sílvio Romero fez com suas “Notas sobre o ensino público” gravita em torno de sete temas básicos: o Estado nacional; ensino público \times ensino privado; a liberdade de ensino; a influência estrangeira na educação brasileira; o ensino primário; o ensino secundário e o ensino superior. No seu entendimento, a consolidação do Estado nacional moderno requeria uma expansão intelectual permanente da população. “A expansão intelectual é uma resultante da própria existência do agregado político e nacional” (Romero, 1901, p. 130). Esse Estado que requeria a expansão intelectual seria o responsável pela unidade do espírito nacional, o que a seu ver justificaria o caráter nacional da educação e do ensino que marcaram a pedagogia do século XIX. Um ensino desse tipo precisaria ser fundado pelas aptidões étnicas da nação, embasado na realidade das pessoas, nas suas histórias, nas suas índoles, nas suas aspirações fundamentais. Um ensino que fortaleceria as qualidades nativas da raça, robusteceria o gênio nacional e afirmaria a individualidade das pessoas, tendo como pano de fundo a preocupação nacionalista patriota, a consagração do que ele chamava de “indigenismo” digno. A relação Estado-Nacional e ensino, tal como a via Sílvio Romero, era o que daria sentido a estima própria que todo indivíduo deveria ter de si mesmo interpretava, o que para as nações se traduziria como cons-

ciência do seu valor e confiança no seu destino. Por força desse tipo de relação, assim como o Estado tinha responsabilidades como agente da promoção do progresso e assumia tarefas na economia, deveria destinar parte significativa do seu orçamento para zelar pela instrução pública. Dever que no caso do Estado-Nação brasileiro teria que ser um encargo do poder central, se erguidos os moldes do figurino de Romero. Um instrumento útil ao combate do caudilhismo localista, da mesma maneira que poderia utilizá-lo para sobrepujar o que o autor designava como sendo pretensões menores dos que não entendiam a pátria-nação mais ampla e mais justa.

As concepções que defendia em educação, segundo o próprio Romero, eram inspiradas na pedagogia e na teoria do Estado de origem alemã. Sua rejeição ao processo de aproximação do Brasil com os Estados Unidos era muito grande. Na sua opinião, somente o modelo da reforma educacional da Alemanha poderia ajudar a educação brasileira.

No contexto das reformas educacionais propostas por Sílvio Romero para o projeto do Estado republicano brasileiro, o melhor caminho para o Brasil seria o da fundação de escolas, da organização mesmo de um sistema nacional de ensino, da intervenção em escolas particulares, da delimitação geral das matérias a serem obrigatoriamente estudadas por todos e em todo o território nacional, na fiscalização dos exames finais.

A clareza de Sílvio Romero quanto ao Estado-Nacional, ao seu caráter e ao papel que a educação e o ensino deveriam exercer para servir, levaram o seu raciocínio a antepor o ensino público ao ensino privado. O ensino público punha-se, para ele, como uma função racional do Estado, presa à questão geral da organização política e das condições sociais, como desdobramento das aptidões étnicas e históricas. Crítico da opinião liberal que sugeria retirar do Estado umas tantas funções, ele constatava, àquela altura do século XIX, que o ensino público no Brasil, em todos os graus, sempre fora muito ruim, mas, sem nenhuma dúvida, o considerava de melhor qualidade que o ensino privado. E não cansava de denunciar a extorsão que era praticada por muitas pessoas que se imiscuíam com a área, além de lhe questionar a competência.

Em Sílvio Romero não há como desentranhar o debate a respeito dos temas que relacionam Estado-Nacional/ensino e ensino público/en-

sino privado da questão da liberdade do ensino. Ele percebia que o ensino primário escapava quase que totalmente das mãos do Estado, que o ensino normal também estava quase completamente fora do controle da União e que o ensino secundário e superior tenderiam a escapar-lhe. Condenava o entendimento que havia no Brasil de liberdade do ensino como sendo a liberdade de permitir a qualquer cidadão ministrá-lo, afirmando existir sobre tal matéria duas alternativas: uma que chamava de brasileira; a outra, que o entusiasmava, a prussiana. “A teoria inconscientemente admitida no Brasil sobre a liberdade de ensino é puramente exterior, não penetra no âmago dos fatos; é altamente nociva e de todo errônea”, afirmava (Romero, 1901, p. 133).

A liberdade condenada por Romero consistia no poder de cada um, fosse quem fosse, de ensinar. A liberdade desejada por ele era a que dizia respeito aos conteúdos, aos métodos de ensino, as doutrinas, e não a praticada, que sequer cobrava a habilitação do pessoal docente. Entusiasta do germanismo, ele revelava que na Alemanha não existia liberdade de ensinar no sentido de permitir a quem quer que seja o exercício do direito de lecionar, já que naquele país só podia ensinar quem estivesse habilitado e o demonstrasse submetendo-se a provas aplicadas pelo Estado que, examinando caso a caso, concedia ou não a autorização. A essa restrição do Estado alemão correspondia uma imensa liberdade que era concedida ao professor quanto aos métodos e à natureza das doutrinas, o que transformava o docente alemão numa força autônoma, preocupado apenas em desenvolver a elasticidade dos espíritos e preparar o caráter com base na independência da razão. O ensino brasileiro, na sua visão, seria a negação da autonomia da inteligência, pois ensinava a decorar fórmulas, escravizava o raciocínio e ensinava inutilidades. O Estado deveria – propunha Sílvio Romero – tornar efetiva e ampla a liberdade completa e radical do ensino de doutrinas e de utilização de métodos. E isso só seria possível se a União organizasse uma carreira para o magistério que fosse economicamente atrativa, único meio de atrair e manter na docência os mais competentes, dos quais se exigiria uma formação sólida. A liberdade de ensino, no seu entendimento, dizia respeito às doutrinas a transmitir e aos métodos a serem utilizados para essa transmissão. Aquilatar quem ti-

nha competência para tal tarefa seria possível com a organização de concursos pelo Estado.

O tema da liberdade de ensino tinha em Sílvio Romero uma dimensão fundamental para explicitar a sua visão pedagógica. Tratava-se da questão da qualidade do ensino ministrado aos brasileiros. Ele qualificava a escola brasileira como uma instituição pedante e palavrosa que formava ignorantes pomposos e fúteis. Tal escola estaria formando uma nação de pigmeus intelectuais que sabiam frases e fórmulas, mas não sabiam pensar. Uma geração portadora de um palavreado desprovido de idéias, depositária de uma espécie de ensino a retalho, ministrado através de caderninhos prontos, dosadores de ignorância que teria contaminado as gerações de brasileiros que viveram no século XIX. Ao identificar o problema, Romero atribuiu aos norte-americanos a responsabilidade por ele: “Cabeças superficiais, desorientadas pelo espetáculo vistoso do industrialismo hodierno, entenderam de tal ser, em definitivo, o espírito dos modernos tempos e sonharam introduzir esse materialismo, essa americanização, até na esfera do ensino” (Romero, 1901, p. 153).

Seguindo esse raciocínio, fez a defesa da cultura humanista, afirmando que o caminho para o avanço da ciência da sociedade industrial passava por uma sólida formação geral. Entendia que toda a ciência do século XIX era parte de um processo histórico que tinha suas raízes na Antiguidade clássica.

A visão que Sílvio Romero tinha das necessidades sociais postas para o seu tempo permitiu que ele afirmasse haver necessidade de indústrias e compreender que tal necessidade não dispensava o papel social que cumpriam os literatos. A sociedade precisava de quem soubesse montar máquinas, mas igualmente não prescindia dos que sabiam grego e latim; havia necessidade de homens que dominassem as propriedades do ácido fluorídrico e do manganês, mas também quem interpretasse as correntes do pensamento contemporâneo e suas origens greco-romanas. Na sua perspectiva o ensino não poderia ser o mero reflexo de coisas práticas, de objetos industriais e nada mais. Seria inconcebível se o ensino primário se preocupasse apenas com a transmissão de rudimentos dos ofícios mais comuns, desde a agricultura até a ferramentaria, passando por coisas como serralheria e alfaiataria. Seria inconcebível a re-

núncia à leitura de lendas, contos, criações estéticas, substituindo-as apenas por receitas práticas, pequenos pedaços de física e química, fórmulas de sais, de tintas, de aplicações industriais, madeiras, metais, tudo exclusivamente prático. Seria inaceitável, no ensino secundário, que se renunciasse ao grego, ao latim, à literatura, à gramática, à história e se substituísse tudo isso somente por matemática, física, química, história natural, apenas visando o fim de algum ofício, indústria ou emprego. Esse processo de americanização futilizava o papel da história, filologia, arqueologia, estética, filosofia e tudo o mais que não abrisse as portas a uma carreira, a um meio de vida.

A liberdade de ensino pregada por Sílvio Romero não era a dos que defendiam a proposta de americanização, mas também não era a dos que defendiam um humanismo clássico e desinteressado, sem qualquer compromisso com aquilo que o seu evolucionismo entendia ser a modernidade. As bases para tanto, Romero buscou no fisiologista Du Bois-Reymond e no francês Alf Fouillé. O francês, como Sílvio Romero, entusiasta do germanismo, fôra buscar em uma palestra que Du Bois-Reymond fizera em 1867 as bases para o seu livro *L'enseignement au point de vie national*. O brasileiro trabalhou com os dois textos e entendeu que “tanto a conferência de Du Bois-Reymond como o livro de Fouillé, deveriam constituir o programa de quem no Brasil se quisesse ocupar com a instrução popular” (Romero, 1901). Culturalista, Sílvio Romero assumia-se como adversário do que ele mesmo chamava de americanização. Condenava o que dizia ser uma instrução terra-a-terra, que não servia para elevar o espírito e não possuía ideal. Não aceitava que o ensino fosse meramente voltado à formação de trabalhadores para a indústria e visasse apenas o ganha-pão imediato, fosse reduzido a uma aptidão mecânica que apenas buscava um ofício, preparado em doses como se faz com uma receita de bolos ou com uma lista de compras. A instrução, tal como ele a desejava, teria que abrir os horizontes da cultura, tocar a alma, falar ao coração, desanuviar o espírito, aperfeiçoar a índole humana. Responsabilizava o espírito humano de rotina pelo quadro que a americanização industrial do ensino apresentava. Via na França as bases desse espírito de rotina que influenciara os norte-americanos. Mas, via também na França a possibilidade de escapar ao espírito

de rotina. E acreditava ser a Alemanha a nação que reunia as melhores condições para que se pudesse dar um salto de qualidade. Para ele, o industrialismo norte-americano fora uma tentativa de fugir ao espírito de rotina que exagerara na dose.

Essa reação ao espírito de rotina se dera por uma outra razão que Sílvio Romero também abominava. O apego à tradição e a velhos hábitos que faziam perdurar um falso humanismo, palavroso e fútil, circunscrito ao que ironicamente ele chamava de “gramatiquices sovadas” e “ratorismos mofentos”, base que gerara toda essa reação industrialista do ensino. Daí se começou a confundir ciência com ofício. Nas suas palavras: “espírito científico com espírito de ganância”, educação com receituários para a memória. O classicismo inútil e envelhecido fora trocado por uma americanização que, por sua ótica, estreitava o horizonte cultural. Romero reclamava contra ambas as posições e invocava sempre, para dar força aos seus argumentos, a autoridade pedagógica e científica de Du Bois-Reymond, ex-reitor da Universidade de Berlim, àquela ocasião uma instituição científica já bem reconhecida internacionalmente e, coincidentemente, o modelo no qual se espelhavam algumas universidades americanas.

Sílvio Romero fazia a defesa daquilo que a pedagogia socialista do século XX chamaria de escola unitária, capaz de formar o homem em todos os sentidos. O pensador Du Bois-Reymond inspirava Sílvio Romero nas afirmações de que uma mesma e única escola deveria ser capaz de formar o homem em todos os sentidos. O pensador alemão tinha, no seu tempo, a clareza de afirmar que uma mesma e única escola deveria ser capaz de preparar os que iriam entrar na universidade, no exército, nas academias industriais ou nas academias de arquitetura. Para Romero, o professor berlinense tocava fundo na ferida, quando diagnosticava que a “mania industrial trouxe a moléstia da especialização [...], e os grandes horizontes da especulação generalizada apertaram-se e com eles se incrustaram também os altos vãos das pesquisas desinteressadas” (Romero, 1901, p. 165). Esse seria o principal problema a fazer com que houvesse em países como o Brasil um clima de guerra às profissões diplomadas, uma equiparação do ensino à indústria e ao comércio e uma exacerbação do liberalismo que Romero condenava.

Uma liberdade de ensino como entendida por Sívlio Romero teria que receber o acompanhamento permanente do Estado. Mais de 50 anos depois, Anísio Teixeira lutou em defesa do que chamava de “exame de Estado”. O tema dos exames de Estado aparecia em Sívlio Romero com o rótulo de “exame integral”, ao qual todos deveriam estar obrigados. Nenhuma reforma séria da educação brasileira poderia ser feita – dizia Romero – sem que se adotasse o exame integral. A implantação desses exames requereria uma outra atitude que o nosso autor também defendia: o abandono dos pomposos e intermináveis programas que, segundo ele, não saíam do papel e só serviam para iludir os incautos.

A discussão de Sívlio Romero a respeito do ensino público no Brasil o levava a debater a maneira como a influência de outras culturas se fazia presente entre nós. A mais fundamental de todas as influências era, sem dúvida, a prussiana. Ele localizava no governo de Frederico o momento em que a instrução pública passara a ter um papel primordial para os germânicos. Dizia que a qualidade da educação daquela sociedade foi fundamental para que se fizesse o seu reerguimento depois do esmagamento imposto pelos exércitos franceses em 1806. A instrução pública é que teria sido o grande instrumento para que os alemães acumulassem as vitórias necessárias até chegarem a derrota total da França em Sedan.

A força que o ensino público ganhara no século XIX era vista como resultante de um processo que destruíra a aristocracia e democratizara o poder econômico e político, da mesma maneira que distribuiu melhor os saberes e talentos. Não havia mais uma classe social determinada a produzir grandes idéias, grandes doutrinas, grandes obras de arte – interpretava Sívlio Romero. “É o advento do quarto Estado, o domínio da democracia pura, o reinado do proletariado em todo o mundo ocidental, desde os Montes Urais até as Campinas da Austrália, passando pelos píncaros dos Andes” (Romero, 1901, p. 156). O acesso do proletariado ao poder, tal como o via Sívlio Romero, era um caminho competente de luta pela vida no que ela tinha de mais doloroso – a miséria.

O Brasil não poderia permitir, pela perspectiva de Sívlio Romero, que trilhássemos o mesmo caminho que levou a França a implantar a dualidade escolar. A única maneira de evitá-lo seria fazer com que o

governo central entendesse as suas responsabilidades com o ensino primário e se ocupasse dele como em todo o território nacional. O ensino primário seria assim a compensação que daria a todos os cidadãos um Estado brasileiro que os impedia de exercer a cidadania através do voto – e aí, ele criticava já o Estado republicano. O ensino primário seria, no seu entendimento, uma espécie de marca da modernidade que toda sociedade deveria ter como ponto de partida da sua organização econômica, já que Romero considerava terríveis as exigências que o capital impunha ao trabalho. Explicava que nas sociedades democráticas o governo não estava fundado na vontade de Deus, mas sim na decisão coletiva do povo e que, por isso, a instrução pública adquiria o *status* de pré-requisito do exercício do governo. O fato de o ensino primário não envolver questões que diziam respeito a doutrinas transcendentais, não ser fundamentalmente um espaço no qual as crenças se punham chocadas, ser mesmo elementar, fazia dele uma função pública geral que deveria ser imposta, obrigatoriamente, a todos. Deveria ser igual para todos, pois não tinha caráter técnico e muito menos especializador a ponto de requerer diferenciações.

O fato de a União assumir o ensino primário em todo o país apresentava inúmeras vantagens, pelo raciocínio de Sílvio Romero. Uma delas dizia respeito ao fato de ser esse um meio que tornaria possível retirá-lo dos interesses menores que normalmente são mesquinhas da aldeia, dando-lhe um tom nacional que se punha acima de todos os outros. A escola primária seria um instrumento de consolidação do Estado-Nacional brasileiro, destinar-se-ia a ser o cimento a formar e unir o caráter do povo, constituindo-se em privilégio na União. Estava claro que a sociedade moderna não poderia prescindir do ensino obrigatório.

A biblioteca e as notas de leitura

O estatuto científico que a biologia e a psicologia vinham oferecendo à educação desde as últimas décadas do século XIX entusiasmou o intelectual aqui estudado. No seu acervo de 107 livros, 33 são dedicados a temas dessa natureza. O olhar educacional de Romero também

estava embalado pela observação das práticas educacionais de outros países e pelo ensino superior: existem dez livros a respeito de cada um desses assuntos. São em número de oito os livros que se dedicam a estudar o ensino secundário; cinco estão voltados para a formação de professores; quatro para a educação cívica; idêntico número para as discussões a respeito da pedagogia moderna; três sobre educação infantil; três a respeito do ensino primário; três enfocando disciplinas escolares; dois sobre intelectuais da educação; dois a respeito da história da educação; igual número abordando o ensino agrícola, o pragmatismo, o ensino público, o ensino profissionalizante, a escola republicana e as relações entre escola e democracia. Os outros livros, com um exemplar cada, discutem temas como as reformas da instrução pública, a educação da mulher, as relações entre família e educação, os problemas da juventude, avaliação e higienismo.

O trabalho mais antigo dentre os que integram o acervo de Sílvio Romero foi publicado em 1802. Os mais recentes são dois livros adquiridos em 1914⁸, ano da sua morte. Nesse intervalo de tempo que vai de 1802 a 1914, o ano em relação ao qual existe a maior quantidade de registros de livros publicados é o de 1911 – 13 trabalhos. No acervo, todavia há pelo menos uma ausência digna de registro. Trata-se do livro de Du Bois-Reymond, publicado em 1867 com o título *L'enseignement au point de vie national*, como já foi visto. O texto do intelectual alemão tomara como base uma conferência que este fizera com o título de “História da civilização e da ciência”. Nele o autor brasileiro localizou os argumentos teóricos que esgrimiu no seu mais importante trabalho a respeito da educação, o já citado “Notas sobre o ensino público”.

Jackson da Silva Lima (1999, p. 152) catalogou algumas das marcas e anotações deixadas pelo leitor Sílvio Romero nos livros por ele manuseados. “Sílvio Romero tinha por hábito anteceder as suas anota-

8. Os dois livros adquiridos por Sílvio Romero em 1914 são os seguintes: *Relação intellectuaes e moraes entre os Estados Unidos e as outras republicas da America*, de Bard, e *La instrucción pública primaria en la Republica Oriental del Uruguay*, da República Oriental del Uruguay,

ções manuscritas com sinal de mais [+] ou de igualdade [=], e com estrela ou asterisco [*], bem como de sublinhar trechos com traços (simples ou duplos) verticais nas margens da mancha tipográfica e horizontais na parte superior e no rodapé”. A partir dessas marcas é possível tomar os livros da biblioteca de Sílvio Romero e resgatar alguns diálogos que este manteve com os autores que leu, de modo a penetrar no seu universo mental, expresso sob a forma das idéias que deixou escritas e das observações, concordância, discordância e críticas que estão à margem dos livros que leu. Os vestígios deixados por aquele leitor são reveladores de como ele incorporou o pensamento de outros intelectuais contemporâneos e antecedentes seus, penetrando na gênese das sua mentalidade, na sua forma de trabalhar intelectualmente, no seu processo de leitura e nas suas reflexões.

A leitura romeriana de William James é muito útil e fértil, reveladora dos modos como o pragmatismo norte-americano estava sendo apropriado por um dos mais importantes dentre os intelectuais brasileiros do início do século XX. Sobre James, Romero fez apenas uma rápida referência “em ‘Questões e Problemas’, prefácio datado de outubro de 1912, para o livro *Novos e Velhos*, de Tito Lívio de Castro, publicado no ano seguinte” (Lima, 1999, p. 153). No texto, Sílvio diz que “o próprio dogmatismo intelectualista recebeu fortes repulsas das mãos de um H. Poincaré, um Mach, um W. James, um Bergson” (idem, *ibidem*). O já citado Jackson da Silva Lima aponta ter sido William James o último autor lido por Romero, e como não deixou nenhum trabalho específico sobre ele, por certo, a única possibilidade de apreender o modo através do qual o pensamento do norte-americano foi incorporado e o juízo crítico que o brasileiro fez dele são as notas e marcas de leitura.

Dos dois livros escritos por William James que integram a biblioteca de Sílvio Romero, foi possível descobrir que um deles⁹ foi presenteador por Carlos Fróes em dezembro de 1910, fato que está registrado em dedicatória inscrita no próprio livro. *O significado da verdade*, numa

9. A edição francesa de 1910 do livro *Filosofia da Experiência*.

edição em francês publicada no ano de 1913 é a outra obra de James que pertenceu a Romero. O primeiro trabalho é rico em anotações. Neste artigo estão registradas apenas algumas delas. Na folha em branco inicial do livro, o intelectual brasileiro fez as seguintes anotações:

Tem: *Psicologia, *Filosofia da experiência, *Pragmatismo, *Variedades da Experiência religiosa, *Vontade de crer, *A significação da Verdade.

As idéias energéticas de Mach, [autor não identificado] e Le Bom desnorteiam. As de Poincaré ainda mais. Mas as de W. James e Bergson levam-nos ao cúmulo da desordem. Faz-se mister muita calma e m[u]lto raciocínio p[ar]a tomar posição em tal batalha.

No final do livro, também na folha em branco, pode ser lido:

Este pragmatismo tem de boa a crítica ao intelectualismo puro; e mais o valor da prática e da ação p[ar]a a origem da razão e das idéias. Desnorteia sobre o Absoluto, sobre um Deus finito, sobre o pluralismo exagerado que compromete a unidade [frase riscada], na crítica sem razão ao monismo como síntese superior idealista. É bom quando mostra a riqueza do instinto, do sentimento, da imaginação, etc.

Acho-o melhor na exposição do Rey e do Bérghson.

Este autor argumenta como se todos os intelectualistas fossem monistas, e sectários da filosofia do Absoluto ao jeito de Hegel.

Pluralismo e monismo,

Intelectualismo e pragmatismo ou Filosofia da ação,

Absolutismo,

O monismo pode se conciliar com o pluralismo: monismo na base, no ponto de partida, monismo no viver e no evoluir; pluralismo, nos resultados, na força e na consciência peculiar adquirida. Tenho isto no mono-duo, e mono-plural.

Quanto ao *Significado da verdade*, são poucas as anotações feitas por Sílvio Romero que, ao que parece, não dispôs de saúde e tempo de vida suficiente para esgotá-lo. Há apenas duas breves anotações. A mais

importante à página III: “A verdade não é senão a afirmação do ser através de idéias, assim como o bem é a afirmação do ser na ordem dos fatos”.

Considerações finais

Há muito a dizer a respeito das notas deixadas por Sílvio Romero nos livros da sua biblioteca. Os dois textos de William James são objeto de análises ainda em processo e que serão publicadas em um outro artigo. Mas as notas são ricas e numerosas. É possível, através das leituras feitas por esse autor, compreender muito do processo no qual se preparava um dos mais importantes dentre os vários pontos de inflexão realizados pela educação brasileira – a incorporação do discurso que toma a biologia, a psicologia e, mais tarde, a sociologia como fundamentos científicos da educação e que, de resto, embala, no caso brasileiro o discurso a respeito da pedagogia moderna e, mais tarde, da Escola Nova, a respeito das reformas do ensino e, particularmente, da instrução pública.

As leituras que Romero, nos últimos anos de sua vida, fazia dos textos de William James eram indicadoras de mudanças na sua pedagogia. Com James, Romero buscava os fundamentos da compreensão que esboçara ainda nas suas “Notas sobre o ensino público” de que seria possível atribuir à educação o desenvolvimento dos norte-americanos, suíços, dinamarqueses e ingleses. Nas “Notas sobre o ensino público” ele já havia assinalado que todos esses eram povos protestantes e atribuía ao protestantismo parte desse êxito, tal como continuariam a fazê-lo mais de meio século depois as interpretações de Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo em face do pragmatismo norte-americano.

O novo olhar de Sílvio Romero ganha maior importância, principalmente quando se considera que este autor havia abominado o industrialismo americanizado e afirmara que essa tendência já fizera grandes estragos na Europa, principalmente na França, porque levada às últimas circunstâncias. Esse industrialismo teria levado a França ao dualismo escolar, que Sílvio Romero rejeitava. Criticava o fato de terem sido criadas na Europa escolas primárias que se destinavam aos candidatos a car-

reiras industriais e outras que iriam servir aos que desejavam a carreira literária. Fenômeno que também foi verificado no ensino secundário.

Referências bibliográficas

BARD, Harry Erwin. *Relação intellectuaes e moraes entre os Estados Unidos e as outras republicas da America*. Washington: Endowment, 1914.

BRASIL. Congresso. Deputados. *Reforma do ensino primario e varias instituições complementares da instrucção publica*: parecer e projecto. Rio de Janeiro: Nacional, 1883.

_____. Congresso. Deputados. *Reforma do ensino secundario e superior*: parecer e projecto. Rio de Janeiro: Nacional, 1882.

_____. Decreto n. 8.659, de 5 de abril de 1911. *Lei organica do ensino superior e do fundamental na Republica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1912.

_____. Decreto n. 8.662, de 5 de abril de 1911. *Regulamento das Faculdades de Direito*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

_____. Decreto n. 8.661, de abril de 1911. *Regulamento das Faculdades de Medicina*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911.

_____. Decreto n. 5.698, de 2 de outubro de 1905. *Regulamentos para os Institutos Militares de Ensino*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1905.

CÂNDIDO, Antônio. *Sílvio Romero: teoria, crítica e história literária*. Rio de Janeiro: Livros Técnico e Científicos; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

COLÉGIO ANCHIETA. *Alumnos do Collegio Anchieta matriculados no anno de 1899*. Nictheroy: Salesiana, 1899.

CONGRESSO DE ENSINO AGRICOLA, 1. São Paulo, 1911. São Paulo: Brasil, 1911.

CONGRÉS INTERNATIONAL D'EDUCATION FAMILIALE, 3., 1910. Bruxelles: s.ed., 1910. 2 v.

DÓRIA, Epiphanyo da Fonseca. *Biblioteca Pública do Estado de Sergipe*. Relatório dos anos de 1918 e 1919 apresentados ao Exmo. Sr. Dr. Secretário Geral do Estado em 15 de julho de 1919 e 15 de julho de 1920, respectivamente por

Epiphânio da Fonseca Dória, diretor da mesma biblioteca. Rio de Janeiro: Typ. do *Jornal do Commercio*, 1920.

FACULDADE LIVRE DE DIREITO DO RIO DE JANEIRO. *Estatutos da Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio de Rodrigues, 1911.

FACULDADE LIVRE DE SCIENCIAS JURÍDICAS E SOCIAES DO RIO DE JANEIRO. *Estatutos da Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1905.

_____. *Lista geral dos alumnos matriculados nas aulas da Faculdade Livre de Sciencias Juridicas e Sociaes do Rio de Janeiro no anno de 1907*. Rio de Janeiro: Hildebrandt, 1907.

GUARANÁ, Manoel Armindo Cordeiro. *Dicionário Bio-bibliográfico Sergipano*. Rio de Janeiro, Governo do Estado de Sergipe, 1925.

GYMNASIO NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO. Relatório do Gymnasio N^a S^a da Conceição. São Leopoldo: s.ed., 1910. In: SILVA, J. B. P. da. *Relatorio do Internato do Gymnasio Nacional apresentado ao Sr. Tavares de Lyra*, em 15 de fevereiro de 1908. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1908.

JAMES, William. *L'idée de vérité*. Trad. par L. Veil et Maxime David. Paris: Félix Alcan, 1913.

_____. *Philosophie de l'expérience*. Trad. par E. Le Brun et M. Paris. Paris: Ernest Flammarion, 1910.

LIMA, Jackson da Silva. A biblioteca de Sílvia Romero (descoberta e reativação). *Fragmenta*, Aracaju, Unit, v. 2, n. 4, 1999.

_____. *O folclore em Sergipe*. v. 1. Rio de Janeiro, Ed. Católica, 1977. (O romanceiro)

_____. Sílvia Romero: um mestre a distância. In: *Os estudos antropológicos, etnográficos e folclóricos em Sergipe*. Aracaju: Governo de Sergipe, 1984.

_____. *História d Literatura Sergipana*. v. 2. Aracaju: Governo de Sergipe, 1986. (2^a fase romântica)

_____. Sílvia Romero e a poesia científico-filosófica. In: *Actas do III Colóquio Tobias Barreto*. Lisboa: Instituto de Filosofia Luso-Brasileira, 1996.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. *A cultura ocultada ou a influência alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX*. Londrina: Ed. UEL, 1999.

RABELLO, Sylvio. *Itinerario de Silvio Romero*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGAY. *La instrucción pública primaria en la Republica Oriental del Uruguay*. Montevideo: A. Barreiro y Ramos, 1914.

ROBERTS, Warren. Monismo. In: SILVA, Benedito (coord.). *Dicionário de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1986.

ROD, Édouard. *Les idées morales du temps présent*. 4. ed. Paris: Perrin, 1802.

ROMERO, Sílvio. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro/São Paulo, José Olympio Editora, 1949. 5 v.

_____. Notas sobre o ensino público. In: *Ensaio de Sociologia e Literatura*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1901.

_____. *Novos estudos de literatura contemporânea*. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1898.

_____. *Realidade e ilusões do Brasil*. Parlamentarismo e presidencialismo e outros ensaios. Seleção e coordenação de Hildon Rocha. Petrópolis: Vozes; Aracaju: Governo do Estado de Sergipe, 1979.

SERGIO, Antonio. *Da natureza, da afecção*: ensaios de psicologia e pedagogia. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1913.

SOUZA, Cristiane Vitória de. A formação do Sílvio Romero leitor (1851-1868). *Cadernos UFS História da Educação*, São Cristóvão, pp. 7-14, 2005.

_____. A formação do Sílvio Romero leitor em Lagarto. *Caderno do Estudante*, São Cristóvão, p. 53-60, 2005.

_____. A apropriação da educação intelectual, moral e física de Herbert Spencer por Sílvio Romero. In: SEMANA DE EDUCAÇÃO & ENCONTRO REGIONAL DE EDUCAÇÃO: Formação docente x qualidade social da escola pública, 5., 2., 2005, São Cristóvão. *Anais...* São Cristóvão, 2005.

_____. Educação e nação: um estudo preliminar das leituras pedagógicas na Biblioteca de Sílvio Romero. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO – A educação escolar em perspectiva histórica, 3., 2004, Curitiba; Rio de Janeiro. *Anais...* Curitiba; Rio de Janeiro, 2004.

SPENCER, Herbert. *De l'éducation intellectuelle, morale et physique*. 9. ed. Paris: Félix Alcan, 1894.

_____. *Educación intelectual y física*. Valencia: F. Sempere, [18- ?].

_____. *Principes de Psychologie*. Trad. par Th. Ribot et A. Espinas. Paris: Félix Alcan, 1874. 2 v.

WUNDT, Wilhelm. *Outlines of psychology*. Trad. by Charles Hubrard Judd. Leipzig: Wilhelm Engelmann, 1897.

Endereço para correspondência

Jorge Carvalho do Nascimento

Avenida Deputado Sílvio Teixeira, 990

apto. 901

Bairro Jardins

Aracaju - SE

CEP 49025-100

jorge@ufs.br

Recebido em: 28 mar. 2006

Aprovado em: 30 maio 2006